

MATTOS FILHO >

Mattos Filho, Veiga Filho,
Marrey Jr e Quiroga Advogados

RELATÓRIO SOCIAL

2017
2018

sumário

4 Impacto coletivo deve ser foco do investimento social privado

8 Como contribuimos para transformar a sociedade?

10 Novas iniciativas e conquistas

11 Em defesa dos direitos das mulheres

14 LGBTQ+: promover a diversidade e garantir oportunidades para todos

16 Inclusão étnico-racial no mercado jurídico

18 Refugiados: direito ao acolhimento com dignidade

20 Audiências de custódia e a garantia do direito de defesa

24 Estimular a cidadania
Fortalecer a democracia

26 Uma nova geração de lideranças femininas

28 Voluntariado corporativo: engajar para a mudança

30 Educar para transformar

32 A cultura como incentivo ao pensamento crítico

34 Inclusão social por meio do esporte

36 Escritório do futuro

IMPACTO COLETIVO

deve ser foco
do investimento
social privado

Para potencializar os investimentos sociais, empresas e sociedade civil organizada precisam fortalecer uma agenda conjunta de atuação, de modo que suas ações impactem políticas públicas

Nosso sócio-diretor, **José Eduardo Carneiro Queiroz**, convidou **Ilona Szabó**, cofundadora e diretora executiva do Instituto Igarapé, e **Regina Esteves**, diretora presidente da Comunitas, para uma conversa sobre os desafios e as oportunidades do investimento social privado no Brasil.

José Eduardo (JE) - No Mattos Filho, sentimos a responsabilidade de devolver à sociedade parte do que conquistamos. E isso é especialmente importante em um país como o Brasil, por conta dos grandes gaps na área social, econômica e educacional. Para vocês, qual é a importância, no Brasil, do engajamento das empresas no investimento social privado?

Regina Esteves (RE) - O investimento social privado é fundamental quando se quer pensar em sustentabilidade econômica e social. Ele tem um papel importante de potencializar ações que possam gerar impacto. Estamos em um momento em que não dá mais para pensar em setores atuando de formas diferentes: governo de um lado, iniciativa privada de outro e sociedade civil isolada. Esses atores, quando reunidos em torno de uma causa comum, são capazes de promover projetos com resultados mais relevantes e efetivos para a sociedade.

Ilona Szabo (IS) - Ainda estamos muito aquém de entender o potencial do investimento social privado no Brasil. O que se vê é que, quanto mais as empresas agregam valor para causas com propósito de bem comum, mais elas florescem mundo afora. Entretanto, são poucas as empresas que têm esse entendimento no Brasil. Há um potencial muito grande para agregar valor às organizações trabalhando pelas causas que precisamos transformar e, dessa forma, recuperar tanto tempo perdido.

JE - Segurança pública, por exemplo, é um tema que colocamos muito “na conta” do Estado, no sentido de que não seria um problema do setor privado. Qual deve ser a participação do investimento social privado nessa área?

IS - Tanto no tema da segurança pública quanto na gestão de municípios, quando penso no papel das empresas vejo que há muito com o que elas podem contribuir.

Chegamos até aqui com uma visão de que segurança equivale a policiamento. Na verdade, os lugares mais seguros do mundo não são os que têm mais polícia, mas os que possuem, de fato, uma sociedade muito engajada, espaços de convivência, ruas iluminadas, equipamentos públicos disponíveis e onde as pessoas convivem. Quando as empresas entenderem que trabalhar pela segurança pública significa, por exemplo, atuar no cuidado com a primeira infância, na redução da evasão escolar e na atenção com praças, bibliotecas e escolas, isso vai criar laços entre os indivíduos e aumentar a confiança. A participação do município e das empresas no desenvolvimento local é, para mim, capaz de virar o jogo.

RE - Passamos do momento em que podíamos afirmar que segurança pública é um problema do governo. Hoje não temos mais como trabalhar esse tema de forma individual. Os problemas se inter-relacionam e as soluções também. Quando pensamos em investimento social privado, o benefício não é somente privado. E quando as ações são realizadas coletivamente, podemos interagir com políticas públicas e aumentar o seu impacto.

“Investimento social privado é fundamental quando se quer pensar em sustentabilidade econômica e social. Estamos em um momento em que não dá mais para pensar em setores atuando de formas diferentes: governo de um lado, iniciativa privada de outro e sociedade civil isolada”, **Regina Esteves**

JE - Pensando nisso, como estimular o setor privado a atuar em um modelo colaborativo no que tange investimento social e, assim, gerar engajamento?

IS - No Brasil, houve avanços no investimento em iniciativas locais, mas ainda estamos longe de entender como essas ações poderiam impactar políticas públicas e ganhar escala. Gosto muito da metodologia de impacto coletivo. Já existe um grande repositório de parcerias no Brasil e mundo afora para a gente estudar como se trabalha. Vemos que quando os atores querem trabalhar juntos, o resultado é muito mais exponencial do que quando se foca numa iniciativa isolada. Ao unir forças e oferecer uma oferta que agregue valor ao gestor, há abertura para parceria.

RE - Vejo uma grande evolução do investimento social privado: passamos daquele momento da filantropia, em que se doava recursos para estar bem com a consciência. Em um segundo momento, as empresas passaram a selecionar projetos que faziam sentido para seus próprios negócios. Depois, veio outro movimento muito forte – o voluntariado. Agora, estamos em uma fase em que tudo isso precisa estar integrado, até porque a relação de engajamento não é mais por projetos isolados, mas por causas. Hoje, quase todo cidadão quer participar.

JE - Esse interesse ficou muito claro na nossa iniciativa Mattos Filho 100% pro bono. Quando decidimos contratar uma equipe de advogados e estagiários para ficar exclusivamente dedicada ao projeto, a procura foi muito grande. É também um investimento do escritório que nos torna um ambiente de trabalho mais atrativo. Esses talentos que chegam vão ajudar a trazer novas ideias. Nos últimos 15 ou 20 anos, mais empresas passaram a prestar atenção nisso. Qual a principal barreira que precisa ser vencida para aumentar o investimento social privado no Brasil?

IS - Em nosso país, vejo algumas causas que são abraçadas por muita gente, porém, sem construir uma agenda comum, já que não se pensa em uma metodologia de impacto coletivo com metas. A educação, por exemplo, poderia ter maior sinergia com institutos e fundações que trabalham nesse tema. Já outras causas são órfãs, pois talvez sejam mais arriscadas, como segurança pública. Então, há um nível de risco no investimento social que restringe as empresas de oferecer apoio além do que já fazem. Falta conhecimento e visão de parceria. Em países desenvolvidos, cada parque, cada escola e cada biblioteca possui um conselho público, que inclui a empresa instalada no bairro e o cidadão que mora ali. Precisamos avançar para um tipo de modelo em que a empresa se sinta parte da política pública.

RE - Primeiro, há a necessidade de termos uma coalizão por agendas de interesse público e trabalhar para minimizar eventuais desconfortos causados pela incerteza de um relacionamento com um parceiro da administração pública em um ambiente que não seja tão transparente. Ao mesmo tempo, como sociedade civil organizada, estamos começando a perceber que os projetos não podem ser desenhados somente onde achamos que há oportunidade de financiamento. É preciso ter propósito de contribuição. Se isso estiver claro, é possível conseguir engajamento e recursos. O interesse de uma política de investimento social tem que ser coletivo.

JE - Daqui 10 ou 20 anos, como vocês gostariam que estivesse o cenário do investimento social privado no país?

RE - O ambiente hoje e no futuro clama por parceria. Precisamos repensar o desenho das políticas de investimento social e como toda a comunidade está envolvida. O segundo ponto é flexibilidade, porque a comunicação digital traz essa necessidade de uma rápida adaptação. Isso é um benefício, temos a tecnologia a favor, mas os projetos e ações de investimento social precisam ser muito

flexíveis para não perder oportunidades de engajamento e de mobilização popular facilitadas por plataformas digitais. O terceiro ponto é que todo projeto tem que ter impacto social coletivo, caso contrário, ele é insustentável.

IS - A sociedade civil precisa aprender a depender menos do Governo para promover iniciativas de investimento social privado e apostar nas parcerias para potencializar as ações socioambientais. Também não há como imaginar que a reconstrução do Brasil passe longe do engajamento de cada um. Precisamos divulgar os bons exemplos, além das lições aprendidas com o que deu errado.

“Precisamos avançar para um modelo em que a empresa se sinta parte da política pública.” **Ilona Szabó**



Regina Esteves, Ilona Szabó e
José Eduardo Carneiro Queiroz

COM PRO MISSO

COMO CONTRIBUÍMOS PARA
TRANSFORMAR A SOCIEDADE?

Como podemos contribuir com soluções para as demandas mais latentes da sociedade? A partir desse desafio, aumentamos nossos esforços e ampliamos o escopo de ações sociais dedicadas ao público interno e sociedade, além de conduzirmos os negócios atentos a nossa corresponsabilidade no desenvolvimento social do país. Trabalhamos para gerar valor aos nossos profissionais e clientes e também para além dos contornos de nosso escritório.

Neste segundo Relatório social, reunimos iniciativas consolidadas e fortalecidas pelo Mattos Filho entre 2017 e 2018, enfatizando nossa atuação frente a temas essenciais às novas gerações. Entendemos que o escritório do futuro é aquele que atua como um agente transformador da sociedade ao investir recursos e pessoas em iniciativas que tenham comprovado impacto social.

Sob essa perspectiva, adotamos uma **Política de responsabilidade social corporativa** alinhada ao nosso planejamento estratégico e refletindo os compromissos que assumimos voluntariamente junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e a outras entidades nacionais. Nossa conduta no dia a dia de nossos negócios e nas relações com os mais diversos públicos tem como base princípios que regem internacionalmente os direitos humanos: a promoção da igualdade e da diversidade, o respeito às pessoas e a transparência.

Um grande marco do trabalho realizado nesses últimos dois anos foi a iniciativa **Mattos Filho 100% pro bono**, inédita no mercado da advocacia empresarial no Brasil. O projeto foi idealizado para permitir uma atuação mais estruturada e impactante no atendimento de casos e clientes *pro bono* em nosso escritório. Ampliamos o número de horas de atendimento jurídico gratuito em casos de direitos humanos relacionados às mulheres, público LGBTQ+, refugiados e justiça criminal, além do suporte jurídico a organizações da sociedade civil que não podem arcar com custos advocatícios.

Como escritório do futuro, comprometido com a pluralidade de perfis profissionais e com a equidade de oportunidades, fortalecemos nosso **Programa de diversidade e inclusão**. Dessa forma, tornamos o ambiente de nosso escritório ainda mais atrativo, diverso e inclusivo, influenciando, assim, o mercado em que atuamos.

Esse conjunto de iniciativas tem dado um redimensionamento aos projetos aos quais nos dedicamos, com visível ampliação dos impactos e resultados alcançados no âmbito de nossa responsabilidade social. Estamos em uma jornada contínua para inovar, renovar e reinventar nossa forma de contribuir com a sociedade, seja por meio de ações direcionadas ao nosso público interno, seja pelo envolvimento com nosso entorno e com a sociedade em geral.

Estamos convencidos de que a sustentabilidade de um escritório de advocacia está no cuidado de suas pessoas, que são sua principal força de trabalho, e na valorização e promoção da cidadania e do exercício de direitos. Este é um caminho de sentido único, sem volta, que vai na direção do desenvolvimento econômico e social do nosso país.

O Mattos Filho aderiu aos Padrões de Conduta para Empresas, que visa enfrentar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas transgêneras e intersexos.

A defesa dos direitos humanos e a promoção da diversidade são incentivadas por nosso escritório diariamente, em diferentes frentes de atuação, e, em especial, por meio de nossa parceria com a **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Passamos a integrar o **Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)**, iniciativa que mobiliza a comunidade empresarial para a adoção de políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade.

Nosso engajamento a favor da igualdade de gênero também foi reforçado pela continuidade de nosso apoio ao **HeForShe** e aos **Princípios de Empoderamento das Mulheres**, um conjunto de considerações promovidas pela **ONU Mulheres** para envolver globalmente o setor privado em torno dessa causa.

Ainda no âmbito da ONU, fomos o primeiro signatário brasileiro da campanha global **Livres & Iguais** (Free & Equal, em inglês), que promove direitos iguais e tratamento justo para pessoas LGBTQ+. Nesse contexto, o Mattos Filho aderiu aos **Padrões de Conduta para Empresas**, que visa enfrentar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas transgêneras e intersexos.

Entendemos que um ambiente com pluralidade de ideias e perfis profissionais é essencial para a criatividade, o desenvolvimento de soluções inovadoras e a resolução de desafios complexos com maior eficiência. Por isso, nosso Programa de diversidade e inclusão fomenta essas premissas e atua de forma a atrair, desenvolver e reter os mais diversos profissionais.

NOVAS INICIATIVAS E CONQUISTAS

EM DEFESA DOS DIREITOS DAS



De acordo com um levantamento global de 2017 da Organização Mundial de Saúde (OMS), 35% das mulheres sofrem violência física ou sexual do parceiro ou de um terceiro em algum momento da vida. No Brasil, segundo estatísticas de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres são mais escolarizadas, mas ganham 24% menos que os homens em empregos formais. Já uma pesquisa realizada pela Talenses, consultoria de recrutamento e seleção, em parceria com o Insper, instituição de ensino e pesquisa, revela que, das 339 empresas brasileiras respondentes, uma pequena parcela possui mulheres em cargos de liderança: 21% na diretoria, 17% na vice-presidência e 9% no conselho de administração.

Diante das persistentes desigualdades de gênero e violações dos direitos da mulher, estruturamos ações para promover a equidade de oportunidades e o combate a qualquer tipo de violência e discriminação.

Prestamos assessoria jurídica a organizações da sociedade civil dedicadas aos direitos das mulheres e, por meio do **Mattos Filho 100% pro bono**, alcançamos diversas conquistas. Em parceria com o **Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero**, atuamos no caso de *habeas corpus* coletivo em que o Supremo Tribunal Federal (STF), com base no Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), permitiu que mulheres grávidas e mães de crianças de até 12 anos e de filhos com deficiência que estivessem presas provisoriamente pudessem aguardar o seu julgamento em regime de prisão domiciliar.

Ampliamos o alcance do nosso atendimento *pro bono* com o início de nossa atuação dedicada a pessoas físicas. Passamos a contribuir com questões individualizadas oferecendo suporte jurídico a casos simbólicos, como **“Alyne Pimentel versus Brasil”**, considerado um marco no reconhecimento dos direitos das mulheres

Prestamos assessoria jurídica a organizações da sociedade civil dedicadas aos direitos das mulheres e, por meio do Mattos Filho 100% pro bono, alcançamos diversas conquistas.

a uma maternidade segura e ao acesso a serviços básicos de saúde. Moradora de Belford Roxo, Rio de Janeiro, Alyne tinha 28 anos e estava grávida de seis meses quando faleceu em um hospital público da capital fluminense, por falta de atendimento médico adequado.

Dedicamos esforços à formação de jovens mulheres por meio do auxílio à formalização das atividades do **Empodera**, organização que oferece a meninas de 10 a 14 anos atividades esportivas e oficinas temáticas de liderança, autoestima, direitos sexuais e educação financeira.

Também contribuímos com a promoção da igualdade de gênero ao aderirmos ao **Movimento Mulher 360**, em que assumimos o compromisso de fomentar o engajamento da comunidade empresarial brasileira e da sociedade em geral no empoderamento econômico da mulher.

Um olhar para dentro do escritório

Completando três anos de existência em 2018, nosso programa interno dedicado às mulheres – o **4Women** – foi aprimorado e ampliado. Por entendermos que políticas de igualdade de gênero beneficiam a todos, um dos principais destaques do programa foi a adoção de uma perspectiva inclusiva, em que passamos a engajar também os profissionais homens como aliados em nossas iniciativas.

No ciclo de debates **#FalandoSobreElas**, aberto a todo escritório, trazemos convidados para discutir temas que enriquecem nosso entendimento sobre o empoderamento feminino. Já os *pockets* – versões intimistas dessas conversas, com uma proposta inicial de mentoria coletiva para mulheres – reúnem sócias que compartilham suas trajetórias e

experiências com advogadas, estagiárias e *trainees*. Inspirados pela proposta do HeForShe, iniciamos, em 2018, edições especiais de *pockets* mistos, em que sócios e advogados também discutem seu papel na promoção da igualdade de gênero e na sensibilização dos seus pares sobre o tema.

Em reconhecimento ao nosso comprometimento com a diversidade de gênero e inclusão das mulheres no mercado jurídico, o Mattos Filho foi nomeado, em 2018, **Best National Firm for Talent Management (Latin America)** pela **International Financial Law Review (IFLR)**, publicação internacional líder em direito financeiro. Na ocasião, foram reconhecidas nossas iniciativas de recrutamento, desenvolvimento e retenção de talentos femininos, além das ações de desenvolvimento das lideranças.

Stephany Lima da Silva, 19 anos, participante do projeto Uma vitória leva à outra, da ONG Empodera

“Nós, mulheres, estamos lutando por direitos iguais em oportunidades e na sociedade. Antes de entrar no Uma vitória leva à outra, eu tinha muita vergonha, não me posicionava, nunca tinha conversado sobre empoderamento feminino com ninguém. Fui descobrir até mesmo meus direitos por meio do projeto, onde passei a me conhecer de verdade, a ter metas e querer mudanças.

Minha mãe sempre foi muito guerreira, lutou para nos criar. Meu irmão e eu queríamos ser iguais a ela. Hoje, depois do projeto, ela diz que quer ser igual a mim!

Sei que, assim como as mulheres do projeto fizeram a diferença para mim, eu posso fazer a diferença na vida de alguém também.”



promover a diversidade e garantir oportunidades para todos

Um estudo da Human Rights Campaign Foundation aponta que 53% dos profissionais LGBTQ+ nos Estados Unidos não declaram sua orientação sexual no trabalho. As razões passam pela preocupação com o desconforto das outras pessoas, o receio de serem estereotipadas ou perderem a amizade de colegas e até o medo de prejudicarem suas carreiras.

Tornar nosso escritório um lugar ainda mais inclusivo, assegurar oportunidades de desenvolvimento profissional para todos e reter talentos são nossos objetivos ao trazermos para nosso ambiente de trabalho as questões relacionadas aos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, pessoas transgêneras e intersexos. Dessa maneira, também pretendemos inspirar nossa rede de relacionamento e fomentar o debate sobre o tema.

Por isso, criamos em 2016 o grupo de afinidade **#mfriendly**, aberto a todos os nossos profissionais, LGBTQ+ ou apoiadores. Nos últimos dois anos, o **#mfriendly** reuniu representantes de organizações e empresas globais em ciclos de debates para ampliar o entendimento sobre a temática em uma ação semelhante à conduzida em nosso programa para mulheres.

Reafirmamos nosso apoio à causa LGBTQ+ ao assinarmos a carta de adesão ao **Fórum de Empresas e Direitos LGBTQ**, que prevê dez compromissos relativos ao respeito e à promoção dos direitos desses indivíduos. Paralelamente, participamos do comitê gestor do fórum, contribuindo, assim, para a definição de suas estratégias.

Também nos reunimos com diversas empresas, brasileiras e multinacionais, durante o **Fórum Out & Equal Brasil** e o **Reaching Out Brasil 2018**, organizações internacionais sem fins lucrativos dedicadas a promover a igualdade de gêneros no mercado de trabalho. O objetivo é discutir estratégias de inclusão LGBTQ+ no mercado, estimular a busca por oportunidades de carreira entre jovens estudantes e profissionais LGBTQ+ e promover os benefícios da diversidade nas corporações.

O Mattos Filho ainda uniu esforços com mais de 30 empresas e organizações não governamentais ao assinar um manifesto solicitando que os candidatos à presidência do Brasil, nas eleições de 2018, reconhecessem a relevância da inclusão de pessoas LGBTQ+ no ambiente de trabalho. A carta, em conjunto ao Out&Equal, foi divulgada pelo Grupo Dignidade e pela Aliança Nacional LGBTQI.

Suporte jurídico aos direitos da comunidade LGBT+

Incorporamos questões da comunidade LGBTQ+ à prática **Mattos Filho 100% pro bono**, nas frentes de defesa dos direitos humanos e do fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil.

Em 2017, nossa primeira ação judicial de retificação de prenome e sexo de um homem transgênero foi julgada integralmente procedente em pouco mais de dois meses. Nela reafirmamos nossa tese de que a identidade é um princípio da dignidade humana e que a autodeterminação do próprio gênero é um direito para o livre desenvolvimento da personalidade.

A autorização do Poder Judiciário para retificação de documentos era uma das grandes demandas jurídicas da população transgênera. A partir de 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a reconhecer o direito de todos os transgêneros à alteração de prenome e sexo diretamente nos cartórios de registro civil.

A decisão da Suprema Corte garante segurança jurídica e é considerada um avanço para a igualdade de direitos no Brasil. Apesar do caráter vinculante, muitos cartórios ainda desconhecem a possibilidade de retificação, o que nos levou a realizar cursos de formação para advogados e estagiários interessados em atuar nesse tipo de caso.



Maria Vitória Maia, 58 anos, psicóloga, psicanalista e voluntária no projeto **Casinha**

“Conheci a Casinha por intermédio da minha filha, que é lésbica, e me voluntariei. Foi então que descobri que poderia fazer algo além do atendimento social, pensando em como transformar essa experiência em uma pesquisa e gerar novas ideias que poderiam ser difundidas. A Casinha é um lugar que viabiliza o sentimento de pertencimento, com apoio para educação, saúde física e mental. Isso não tem preço!”

Cada vez mais observo a sociedade falando de inclusão, mas fazendo pouco para viabilizá-la. Existem, também, dois fortes desafios para o futuro: a difícil quebra do preconceito e os caminhos para a inclusão dessas pessoas. Isso porque a inclusão que iguala é tão ruim ou pior que a exclusão, já que você obriga o outro a ser aquilo que você quer que ele seja.”

A **Casinha** é uma instituição localizada no Rio de Janeiro (RJ) dedicada ao acolhimento, reinserção e inclusão social de pessoas LGBTQ+ expulsas de casa ou em situação de violência psicológica, em razão da sua orientação sexual ou identidade de gênero, e para a qual atuamos como consultores jurídicos.

Inclusão

étnico-racial no mercado jurídico

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do IBGE (2016), apontam que 55,8% da população brasileira é formada por indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos.

Em 2018, lançamos o **Soma** com o objetivo de promover a inclusão étnico-racial em nosso escritório. Similar aos demais grupos de afinidade do escritório, a iniciativa reúne nossos profissionais com o intuito de ampliar a conscientização sobre a temática racial no mundo corporativo e, em especial, no universo jurídico.

O Soma também estreou seu ciclo de debates durante a primeira edição da **Semana de diversidade** de nosso escritório. Na ocasião, nossos profissionais puderam participar de um encontro que discutiu estratégias para a superação da

desigualdade racial no ambiente corporativo. O painel contou com as presenças de Rachel Maia, fundadora do Capacita-me, e Cida Bento, coordenadora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT) e integrante do Fórum Permanente pela Igualdade Racial.

Em um esforço conjunto para promover a igualdade de oportunidades e tornar o perfil étnico-racial do mercado jurídico brasileiro mais heterogêneo, o Mattos Filho e outros escritórios de advocacia criaram a **Aliança Jurídica pela Equidade Racial**, que busca conscientizar o segmento sobre os desafios dessa equidade e estimular o debate e a troca de experiências para alavancar a igualdade racial.

Nosso comprometimento com o tema também passa pelo incentivo a iniciativas como o **Incluir Direito**, projeto do Centro de Estudos da Sociedade de Advogados (CESA), que oferece anualmente a dez alunos autodeclarados negros da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie uma qualificação personalizada para que participem em condições de igualdade dos processos de seleção dos principais escritórios de advocacia do país.



Rachel Maia, 47 anos, administradora e fundadora do Capacita-me

“As empresas devem atuar como influenciadoras de seu entorno. Estamos em um momento diferente e precisamos tirar vantagem ‘do filme que está passando agora’. O fato de uma mulher ganhar 24% menos que um homem deve ser questionado e hoje isso está acontecendo.

Dentro do universo da inclusão e de equidade de gênero, as empresas estão tentando entender essa mudança de *mindset*. Como alcançar a diversidade de gênero e de etnia

se você não coloca representantes dessa população para discutir o tema e atuar em questões relevantes do mercado corporativo? As especificidades das etnias devem ser celebradas, porque são diferenças que nos unem e devem sobreviver juntas para o sucesso da raça humana. Se eu trazer um pensamento diverso para a empresa, no fim do dia, vou ter mais lucro, mais receita.

Com minha característica de resiliência, tive o privilégio de sentar em cadeiras de liderança de algumas companhias. Eu era considerada um ‘elefante branco’ pela raridade, mas também tive a oportunidade de, a partir dessas cadeiras, disseminar o pensamento da inclusão, e isso foi muito importante.”

REFUGIADOS:

direito ao acolhimento
com dignidade

O número de pessoas forçadas a se deslocar no mundo bateu novo recorde em 2017. São quase 69 milhões de indivíduos, a maior parte (52%) com menos de 18 anos, segundo dados de 2017 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). No mesmo ano, o Brasil registrou o maior número de solicitações de refúgio desde o começo da série histórica do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça: foram 33.865 pedidos, um salto de 226% em relação ao número registrado em 2016.

Diante da relevância e atualidade da questão dos refugiados no país, continuamos a prestar assistência jurídica gratuita para esse público. É uma forma de contribuirmos efetivamente, frente às dificuldades que os refugiados enfrentam no país e atender o direito de serem acolhidos com dignidade.

Para isso, expandimos nosso atendimento a pessoas físicas e a casos de refugiados e solicitantes de asilo indicados por meio do acordo de cooperação que temos com o **Centro de Referência para Refugiados**,

da **Cáritas**. Ao longo de 2017, prestamos assistência jurídica a pessoas da Síria, Marrocos, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau e Egito. Em 2018, expandimos nossa cooperação com a **Missão Paz**, organização de referência no acolhimento a migrantes em São Paulo (SP).

De maneira integrada e coordenada, envolvemos diversas equipes do escritório para auxiliar na resolução de conflitos relacionados aos direitos de família, imobiliário e contencioso cível, além do acompanhamento em audiências de conciliação em Juizados Especiais Cíveis.

Em parceria com o Trust Law, programa global *pro bono* da Thompson Reuters Foundation, elaboramos uma pesquisa sobre a legislação brasileira aplicável a crianças e adolescentes migrantes e refugiados. Como parte de uma análise realizada por diversos países, entrevistamos especialistas que atuam junto à Defensoria Pública da União, Ministério da Justiça, Polícia Federal e Tribunal de Justiça de São Paulo.

Já com a Fair Trials, produzimos um estudo sobre o direito humano a um julgamento justo. O levantamento integrou uma compilação de legislações relativas ao tema de diversos Estados e foi apresentado em uma sessão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Audiências de custódia e a garantia do

direito de defesa

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com 726 mil presos em todo o país. Desses, 40% ainda não foram julgados ou condenados, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As audiências de custódia, que consistem na apresentação do preso a um juiz em até 24 horas nos casos de prisão em flagrante, são um mecanismo criado pelo CNJ para combater o encarceramento em massa e evitar prisões desnecessárias por meio de medidas alternativas à prisão preventiva.

A partir de janeiro de 2018, por meio de nossa parceria com o **Instituto Pro Bono** (IPB), iniciamos nossa atuação nas audiências de custódia no Fórum de Itapequerica da Serra, região de alta vulnerabilidade social na Grande São Paulo. Para garantir o direito de defesa, atuamos na representação jurídica de presos em flagrante em seu primeiro contato com a autoridade judicial.

Nossa atuação nas audiências de custódia tornou-se possível com o lançamento da prática de Direito Penal Empresarial no Mattos Filho, em 2017. Com o apoio de uma equipe especializada, que oferece apoio técnico essencial a esse trabalho *pro bono*, nos tornamos o primeiro escritório elite a ter envolvimento nesse tipo de ação.

Foto abaixo: **Jéssica Tolotti Canhisares**, **Gabrielle Graziano** e **Gabriela Trovões Cabral**, advogadas do Mattos Filho que atuaram nas audiências de custódia em Itapequerica da Serra.

“As audiências de custódia proporcionam a nós, advogados, a oportunidade de fazer a diferença na sociedade e na vida de indivíduos. Sabemos que aquela pessoa está hoje em casa porque nos voluntariamos e atuamos para que o direito dela fosse garantido”.

Jéssica Tolotti Canhisares,
advogada do Mattos Filho



Instituto Mattos Filho

Liderado por sócios do escritório, o **Instituto Mattos Filho** foi lançado em fevereiro de 2018 com a missão de promover o Direito e fortalecer o acesso à justiça para uma sociedade livre, diversa e democrática.

Constituído de forma independente do escritório e com o propósito de impactar positivamente a sociedade, o Instituto atua em quatro frentes: fomentar o acesso à justiça; oferecer bolsas de estudos para diversificar o perfil do profissional do Direito; desenvolver novas metodologias para difundir o conhecimento jurídico; apoiar projetos da sociedade civil direcionados à promoção da diversidade e da cidadania. É uma importante iniciativa que amplia significativamente a contribuição dos sócios do escritório com o acesso à justiça e com o bem comum.

A operação do Instituto é viabilizada por doações anuais dos sócios do escritório. Visando sua sustentabilidade financeira, o projeto ainda conta com 20% do rendimento anual de um fundo de investimento autônomo, também criado a partir de contribuições financeiras de nossos sócios.

Mattos Filho 100% pro bono

A atuação *pro bono* faz parte da nossa história e da nossa cultura organizacional. Com apoio pioneiro e estruturado há quase duas décadas, atendemos de forma voluntária e gratuita demandas jurídicas de organizações e pessoas físicas que não podem arcar com custos advocatícios.

Em 2018, em iniciativa inédita no mercado jurídico, nossa atuação *pro bono* alcançou um novo patamar com o lançamento do **Mattos Filho 100% pro bono**, transformando nosso tradicional programa em uma prática do escritório. Com um time composto por profissionais dedicados *full time*, somado à experiência jurídica direcionada para o interesse público e questões de direitos humanos, a equipe nos permitirá ampliar a atividade *pro bono* e nossa dedicação a temáticas como direitos das mulheres, direitos LGBTQ+ e direitos de refugiados, além da atuação em audiências de custódia.

Entre 2017 e 2018, mais de 12 mil horas foram doadas a casos *pro bono*. A expectativa é que esse número triplique nos próximos anos. Também conseguiremos empenhar ainda mais nosso *know-how* e qualidade de atendimento a casos de litigância estratégica em direitos humanos, atuando de forma proativa e estruturada em questões de interesse público.

Atuamos, também, na produção de conhecimento jurídico para projetos de *advocacy* em direitos humanos por meio de pesquisas e análises, mapeamento de legislação, projetos de lei e ações de ampla repercussão. Entre as instituições nacionais e internacionais com as quais nos relacionamos, estão o TrustLaw – Thomson Reuters Foundation, Cyrus R. Vance Center for International Justice, Center for Reproductive Rights, Instituto Pro Bono, Anis - Instituto de Bioética, Gênero e Direitos Humanos, Centro de Referência para Refugiados da Cáritas, Missão Paz e Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável.

Entre 2017 e 2018, foram:

+12 mil
horas trabalhadas,

326
profissionais
engajados em

157
casos de

80
clientes, entre
organizações da
sociedade civil ou
pessoas físicas.



Coluna da esquerda, de baixo para cima: Francisca Guerreiro Andrade, Roberto Quiroga Mosquera, Letícia Ueda Vella, Flávia Regina de Souza Oliveira; coluna da direita, de cima para baixo: Carolina Bigulin Paulon Moreno, Bianca dos Santos Waks e Bárbara Correia Florêncio Silva.

Estimular a CIDADANIA

Fortalecer a DEMOCRACIA

Para uma democracia forte, acreditamos ser essencial o apoio às boas práticas de governança, à transparência e à participação social. São essas iniciativas que sustentam organizações da sociedade civil e coletivos transformadores apoiados pelo Mattos Filho nos seus esforços em aprimorar a gestão pública e estimular a cidadania.

Um desses projetos é o **Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável (Programa Juntos)**, iniciativa da **Comunitas**, que reúne lideranças empresariais que acreditam no poder transformador do investimento social privado e no seu potencial de melhorar a gestão pública municipal no Brasil. A parceria do Mattos Filho com o projeto foi fortalecida com nossa participação no comitê de governança e pela dedicação de horas *pro bono* para a elaboração e publicação de obras específicas para o programa.

Entre elas, o livro **“Aspectos Jurídicos das Relações Público-Privadas no Brasil”** e a contribuição com as cartilhas **“Gestão de Saúde Pública”** e **“Equilíbrio Fiscal: Diagnóstico da Folha de Pagamento”**, que trazem orientações para o aperfeiçoamento dos processos de gestão e propõem soluções para o uso dos recursos públicos com mais eficiência pelas prefeituras que, assim, podem oferecer melhores serviços à população. O conteúdo das cartilhas foi disponibilizado no site da Rede Juntos para que prefeitos e agentes públicos usem livremente o conteúdo.

#VotoLEGAL

Em 2018, reeditamos a cartilha **“Eleições 2018: Prepare-se para o voto consciente”**, disponibilizada nos canais digitais do Mattos Filho e distribuída impressa a parceiros, com o objetivo de contribuir com a cidadania. O material traz informações gerais sobre as eleições, em especial sobre o papel dos políticos eleitos e do eleitor após o pleito, o calendário das eleições e os cargos públicos em disputa no ano. Ainda como parte integrante da iniciativa, lançamos a campanha **#VotoLEGAL**, constituída por uma série de *posts* semanais nas redes sociais do escritório, com o intuito de informar a sociedade civil sobre o processo eleitoral e apoiar o investimento em uma eleição consciente.



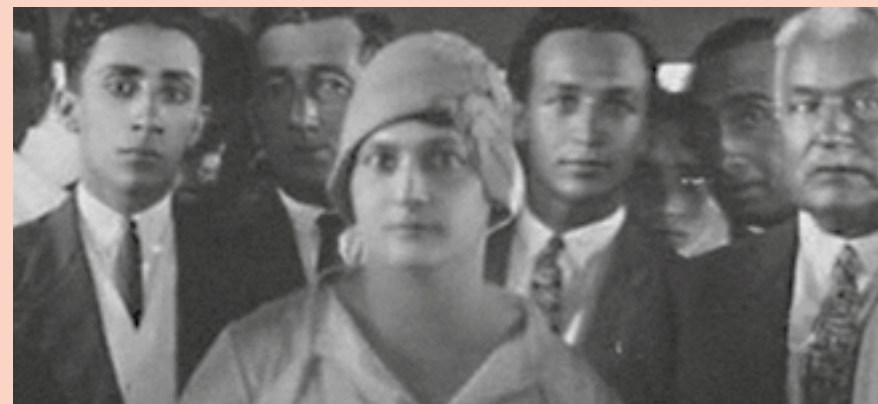
UMA NOVA GERAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS

Por meio de nosso trabalho *pro bono*, também atuamos junto a grupos e coletivos da sociedade civil com potencial transformador. Nosso trabalho contribuiu para aprimorar a capacidade organizacional e a sustentabilidade financeira dessas organizações. Com isso, elas podem influenciar políticas públicas e contribuir para diminuir a distância entre sociedade civil e Estado.

Apoiamos o **Instituto Update**, plataforma digital que mapeia e reúne projetos alternativos de participação política que estão despontando na América Latina. São iniciativas emergentes lançadas por diversos grupos – desde governos com laboratórios de gestão pública até movimentos sociais – para empoderar a sociedade civil e apontar novas perspectivas para a democracia na região.

Com a missão central de ampliar a representação feminina na política por meio do fortalecimento de mandatos e de candidaturas de mulheres, o **Instituto Alziras** também é uma iniciativa apoiada pelo Mattos Filho. A organização busca promover uma maior presença de mulheres nos governos para que tenhamos mais políticas públicas que promovam a igualdade de gênero no Brasil.

Por associar governança responsável à promoção e defesa dos direitos humanos e estar em linha com a agenda central do nosso exercício social, a plataforma digital **#MeRepresenta** também foi favorecida pelo trabalho *pro bono* de nosso escritório. A iniciativa mapeia políticos comprometidos com direitos humanos em todo o Brasil e, por meio do cruzamento de dados, conecta eleitores e candidatos com interesses similares.



Alzira Soriano de Souza

foi a primeira mulher a vencer uma eleição no Brasil e a primeira prefeita eleita na América Latina. Viúva e mãe de quatro filhas, concorreu nas eleições municipais de Lajes (RN) três anos antes da conquista do direito ao voto pelas mulheres no Brasil. Recebeu 60% dos votos válidos e tomou posse em 1929.

Fonte: Instituto Alziras

Larissa Santiago, 31 anos, coordenadora do Blogueiras Negras, iniciativa que integra o projeto #MeRepresenta

“A partir do apoio do #MeRepresenta ao Blogueiras Negras – plataforma que reúne autoras de histórias reais e fictícias sobre negritude, racismo e feminismo negro – passamos a auxiliar a inserção de mulheres no cenário político brasileiro.

Ajudamos na formação cultural e política de jovens negras e afrodescendentes e, em especial, oferecemos suporte para que essas mulheres entendam a necessidade e a importância de disputar espaços públicos e políticos para a mudança de suas próprias realidades e de suas comunidades. Dessa forma, essas jovens passam a entender que o lugar delas também pode ser na política. Estamos ajudando a criar uma futura geração de candidatas.”



VOLUNTARIADO CORPORATIVO:

engajar para a **mudança**

Promovemos o protagonismo social entre nossos profissionais por meio do programa de voluntariado corporativo. Para garantir o alinhamento da iniciativa à nova Política de responsabilidade social corporativa do escritório, elaboramos uma pesquisa interna para ouvir nossos profissionais e acolher seus interesses, favorecendo o engajamento com as atividades voluntárias. A partir desse levantamento, chegamos a um modelo que beneficia organizações que promovem a defesa dos direitos humanos de mulheres, LGBTQ+, refugiados e migrantes, além da atuação com projetos no entorno dos nossos escritórios.

A pesquisa também revelou dados relevantes sobre as atividades que nosso público interno tem mais interesse. Por exemplo, quase a metade dos profissionais respondentes (44,90%) demonstra preferência por trabalhos voluntários de natureza contínua, ou seja, com vínculo periódico a pessoas ou organizações.

Pesquisa de
voluntariado corporativo
| Mattos Filho – 2018

Tipos de atividades que nossos profissionais
mais gostariam de desenvolver*:



*Nota: a pergunta permitia mais de uma resposta, portanto, o total ultrapassa 100%.

EDUCAR PARA TRANSFORMAR

No Brasil, 41,5% dos jovens não concluem o ensino médio até os 19 anos e 25,8% dos que estão na faixa etária de 16 a 29 anos não estudam nem trabalham, segundo estudo do IBGE divulgado em 2017. Ciente do papel da iniciativa privada para elevar os índices educacionais brasileiros, o Mattos Filho apoia o **Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos (Ismart)**, que identifica jovens de baixa renda e lhes concede bolsas de estudos em escolas particulares de excelência, além do acesso a programas de desenvolvimento e orientação profissional, do Ensino Fundamental à universidade. Em parceria com o Ismart, concedemos cinco bolsas de estudos nas universidades mais renomadas do país para jovens que optaram por estudar Direito.

Raul Passos, 23 anos, bolsista e estudante de Direito na PUC-SP

“Minha vida se restringia a ir de casa para a escola pública onde eu estudava. Com a bolsa de estudos do Ismart, passei a ter uma visão mais crítica e completa da sociedade e do meu entorno. Sou o primeiro da minha família a ingressar em uma universidade de ponta e, como futuro advogado, espero poder incidir nas questões da sociedade, retribuindo o que dela obtive.”



Charles Mbole, 29 anos, refugiado camaronês

“Quando cheguei ao Brasil, minha formação acadêmica era incompleta. Agora, com uma bolsa de estudos em uma faculdade de ponta, o futuro me promete coisas boas. Sem educação, nada acontece, não há desenvolvimento pessoal nem da sociedade.”

Ainda com o Ismart, participamos do **Conexão Profissão**, programa de mentoria em que profissionais de nosso escritório acompanham alunos em graduação e compartilham dicas sobre o mercado de trabalho e carreira.

Oferecemos também duas bolsas de estudos integrais para refugiados, um de Angola e outro de Camarões, aprovados no processo seletivo do curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaes). Paralelamente, criamos a **Bolsa Perpétua Mattos Filho** em parceria com o fundo **Endowment Direito GV**, que seleciona, a cada três anos, um aluno entre os inscritos na graduação da FGV Direito SP para receber auxílio financeiro mensal.

A cultura

como incentivo ao pensamento crítico

Fundamental para a construção do pensamento crítico, entendemos que o apoio à cultura promove a cidadania e a conexão entre pessoas com diferentes pontos de vista. Nosso escritório colabora com instituições que investem nesses e em outros benefícios à sociedade, como o **Fronteiras do Pensamento**, iniciativa que reúne especialistas e intelectuais no debate de temas contemporâneos e urgentes. Entre as personalidades que já participaram do ciclo de conferências, destacam-se Gilles Lipovetsky, filósofo francês e teórico da hipermodernidade; Amós Oz, escritor israelense e ativista político; Leonardo Padura, escritor e jornalista cubano; Niall Ferguson, historiador e pesquisador britânico; Deirdre McCloskey, economista norte-americana e defensora dos direitos das pessoas transgêneras; entre outros.

Há três anos, apoiamos a **Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp)**, organização sem fins lucrativos que tem como objetivos apoiar, incentivar, desenvolver e promover a cultura e a educação, com ênfase à música de concerto, instrumental e vocal. Nosso escritório contribui para que a Osesp continue promovendo a cultura musical e cumprindo seu papel relevante para a sociedade, que inclui – além do compromisso com a *performance* musical de excelência – organizar atividades socioeducativas para crianças da rede pública, disponibilizar ingressos a preços acessíveis e oferecer concertos gratuitos aos domingos.

Também somos parceiros da **Pinacoteca do Estado de São Paulo**, museu voltado às artes visuais com ênfase na produção brasileira do século XIX até os dias atuais. Nosso apoio permitiu a realização da exposição “No Subúrbio da Modernidade – Di Cavalcanti 120 anos”, uma retrospectiva de um dos mais importantes artistas do Modernismo brasileiro, e a mostra “Mulheres radicais: arte latino-americana, 1960-1985”, que trouxe visibilidade ao trabalho de artistas plásticas nascidas na região.

No Rio de Janeiro (RJ) – onde completamos 20 anos de atuação –, apoiamos a Temporada Dell’Arte, um programa com concertos musicais, apresentações de teatro, balé e dança contemporânea no **Theatro Municipal do Rio de Janeiro**.

Nosso escritório também atuou junto ao projeto do **Memorial da Luta pela Justiça – Advogados Brasileiros contra a Ditadura**. Em fase de reforma, o museu ocupa um casarão histórico na avenida Brigadeiro Luís Antônio – no entorno de nossa sede, em São Paulo – local onde, durante a ditadura, presos políticos eram julgados pela 2ª Circunscrição Judiciária Militar. No endereço, que é um dos símbolos da luta pela democracia, réus e seus advogados faziam cumprir o direito de defesa impondo resistência ao Estado de exceção que violou leis e direitos dos cidadãos.



Emmanuele Baldini, 46 anos, violinista e spalla da Osesp

“Cheguei ao Brasil em 2005, vindo da Itália, para passar um período na Orquestra Sinfônica de São Paulo antes de ela se tornar uma fundação. Após mais de 10 anos, posso dizer que a Osesp é, certamente, a maior e melhor embaixadora da música no Brasil e na América Latina.

Uma das coisas que mais me impressionam na orquestra é tudo o que acontece, além

dos concertos. A Osesp entendeu a realidade brasileira, assumiu o papel de ser uma instituição que oferece mais do que concertos de alto nível, semanalmente, e mantém sempre o foco na sociedade, com atenção especial aos jovens. Quando a orquestra está no palco, cria-se algo único com a plateia, uma grande troca de energia. Aqui, encontro um equilíbrio muito raro entre humanidade e profissionalismo.”

Inclusão social por MEIO DO ESPORTE

Elemento importante no senso de coletividade, o esporte oferece um caminho seguro para a inclusão social. O Mattos Filho incentiva organizações como o **Instituto Reação** – fundado por Flávio Canto, ex-judoca brasileiro, – que atende mais de 1.300 crianças em aulas de judô e atividades socioeducativas em comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Também somos parceiros do **Instituto Cesar Cielo**, estabelecido pelo campeão olímpico homônimo, e que oferece aulas de natação para jovens em municípios do interior de São Paulo.

Em 2018, passamos a apoiar a **Associação Desportiva para Deficientes (ADD)**, que viabiliza o treinamento técnico de equipes profissionais de basquete em cadeira de rodas (Magic Wheels e Magic Hands). Nosso apoio ajuda as equipes a se prepararem para os Jogos Paraolímpicos de Tóquio no Japão, em 2020.

Nosso escritório apoia, ainda, a **Fundação Gol de Letra**, instituída pelos jogadores de futebol Raí de Oliveira e Leonardo Nascimento de Araújo, que oferece oficinas artísticas de comunicação e expressão corporal a adolescentes em situação de vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.



Pedro Vieira, 24 anos, pivô do Magic Hands, da Associação Desportiva para Deficientes (ADD)

“Comecei aos 9 anos, em um time amador da ADD. Depois, fui para o Magic Hands, considerada a equipe mais forte em basquete adaptado do país. Somos tetracampeões do campeonato brasileiro e também chegamos às Olimpíadas do Rio, em 2016. Foi muito gratificante representar o Brasil! Ficamos em 5º lugar, em nossa melhor participação no esporte paraolímpico.

No esporte, evolui como ser humano. Com ele, você aprende a respeitar as pessoas e suas limitações e, para muitos atletas do nosso time, jogar basquete profissionalmente representa sua reabilitação e uma chance de integrar a sociedade.

Agora, meu sonho de carreira é ser convocado outra vez para defender a seleção nas Olimpíadas do Japão, em 2020!”

Em 2017 e 2018 foram:

29

projetos apoiados
por incentivo fiscal

14

bolsas de estudo
concedidas

82

eventos realizados
pelos nossos grupos
de afinidade



Acesse o QR Code com seu celular e conheça os nossos parceiros envolvidos nas atividades sociais que apoiamos.



ESCRITÓRIO DO

FUTURO



Por Oscar Vilhena Vieira

Os desafios colocados à frente das novas gerações de juristas são enormes. O futuro parece ter se antecipado, chegando antes de termos fechado as portas do passado. O impacto da globalização sobre o Direito, somado ao efeito disruptivo das novas tecnologias da informação e da inteligência artificial sobre a profissão são imensuráveis. Ao mesmo tempo em que temos que lidar com essas profundas transformações, em países como o Brasil, precisamos dar conta de uma economia pouco eficiente e incapaz de incluir e beneficiar todos os seguimentos da sociedade, um Estado com dificuldades cada vez maiores de assegurar o bem-estar básico da população, além de padrões educacionais que comprometem o futuro das próximas gerações.

O processo de globalização, por um lado, contribuiu para o desenvolvimento econômico e aumento da riqueza, tendo o Direito desempenhado um papel relevante na arquitetura do novo sistema econômico internacional. Em contrapartida, também teve um forte impacto no aumento da desigualdade, na desestabilização política e erosão do tecido social, em muitas regiões do mundo.

Como reação a essa nova realidade, surge uma série de reivindicações por maior inclusão social, reconhecimento da diferença, democracia, sustentabilidade econômica e ambiental, direitos do consumidor, assim como de padrões mais estritos de integridade e transparência nas relações entre empresas e o Estado.

Essas aspirações passaram a ser consideradas como responsabilidade social dos agentes do mercado. Mais do que isso, uma grande parte delas se transformou em obrigações jurídicas, incorporadas por tratados internacionais e um conjunto de “regras padrão”, internacionalmente partilhadas e incorporadas pelos diversos sistemas domésticos.

Reivindicações por maior inclusão, diversidade e responsabilidade nos campos social e ambiental, mas também a necessidade de contribuir para uma maior integração e estabilidade da comunidade, passaram a exigir dos profissionais do Direito e das suas estruturas de trabalho outras qualidades e habilidades.

Essas demandas por transformação no campo da profissão jurídica surgem tanto de clientes, colaboradores, consumidores e parceiros – que se veem premidos por uma sociedade mais consciente – como pelas novas gerações de jovens advogadas e advogados que chegam aos escritórios na busca de uma profissão que seja mais criativa, flexível e comprometida com os múltiplos desafios da comunidade.



Em face dessas mudanças de natureza econômica, tecnológica e cultural, os escritórios do futuro terão que demonstrar uma enorme capacidade de se reinventarem. Três são os desafios mais imediatos: o primeiro é tornarem-se mais inclusivos, diversos, multidisciplinares e flexíveis. Do contrário, não conseguirão atrair profissionais de excelência, que exigem cada vez mais um ambiente vibrante e criativo, capaz de dar conta da complexidade a que estamos submetidos. O segundo desafio é ampliar os padrões de transparência, integridade e responsabilidade no atendimento a seus clientes. Ainda que o trabalho do advogado não se confunda com o negócio do cliente, na medida em que as operações jurídicas passam a ocupar um papel cada vez maior na estruturação do negócio, a profissão também passa a ser corresponsabilizada pelas suas consequências. Isso se aplica de forma ainda mais aguda para o setor jurídico das empresas.

Um terceiro desafio dos escritórios e profissionais do Direito do futuro é contribuir com aquilo que têm de melhor, que é o conhecimento jurídico, para a comunidade em que estão inseridos.

Estruturar e incentivar a participação de seus profissionais em programas de advocacia *pro bono* e projetos de interesse público, que contribuam para garantir os direitos de grupos vulneráveis e para promover o bem-estar, é hoje indispensável para que a profissão não apenas alcance sentido social, mas também existencial.



Oscar Vilhena Vieira

Diretor e professor da FGV Direito SP, mestre em Direito pela Universidade Columbia (EUA) e doutor em Ciência Política pela USP

Um terceiro desafio dos escritórios e profissionais do Direito do futuro é contribuir com aquilo que têm de melhor, que é o conhecimento jurídico, para a comunidade em que estão inseridos.